



1           **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PLENÁRIA – 24/03/2022**

2   No dia 24 do mês de março de 2022, às 13h30min, o Comitê das Bacias  
3   Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê  
4   Guandu/RJ, deu início à 1ª Reunião Extraordinária do Plenário, não presencial,  
5   via plataforma de videoconferência (Teams), tendo como pauta os seguintes  
6   assuntos: **1 - Abertura e Leitura da pauta; 2 - Aprovação das minutas de atas**  
7   **das reuniões de 02/12/2021 e 20/12/2021; 3 - Referendo da Resolução**  
8   **Guandu nº 167/2022 que “Dispõe, Ad Referendum, sobre a prorrogação da**  
9   **Resolução Guandu nº 156/2021 referente ao funcionamento do Grupo de**  
10   **Trabalho do Regimento Interno (GTRI)”;** 4 - Aprovação da minuta de  
11   **Resolução Guandu que “Dispõe Sobre a Criação do Grupo de Trabalho**  
12   **Técnico de Segurança Hídrica - GTTSH”;** 5 - Apresentação do Relatório  
13   **Anual de Implementação do PERH Guandu - 2021 - GAP; 6 - Aprovação de**  
14   **ajustes no ACT de parcerias com a ABES, aprovado pela Plenária; 7 -**  
15   **Informe sobre a participação e representação do Comitê Guandu no Fórum**  
16   **Mundial da Água em 2022, no Senegal; 8 - Apresentação do parecer jurídico**  
17   **aprovado pela CTIL-G que esclarece alguns pontos solicitados pela**  
18   **Plenária, tais como: quórum, organização para manifestação, dentre**  
19   **outros; 9 - Informe sobre os apoios e participação do Comitê no Expedição**  
20   **Nascentes Paraíba; 10 - Encerramento.** Às 14h:00min a Secretaria Executiva  
21   comunicou a existência de quórum para iniciar a reunião em segunda chamada  
22   e solicitou a leitura dos itens de pauta para dar início a reunião. Fátima Rocha  
23   (AGEVAP) realizou a leitura das regras e orientações para a reunião e em  
24   seguida deu início a leitura dos itens de pauta: **1- Abertura e Leitura da pauta:**  
25   não houve observações sobre a leitura da pauta entre os membros participantes.  
26   **2 - Aprovação das minutas de atas das reuniões de 02/12/2021 e 20/12/2021:**  
27   Ana Asti (SEAS) questionou à Secretaria Executiva se houve contribuições via  
28   e-mail. Fátima Rocha (AGEVAP) respondeu que não. Uiana Martins (FONASC)  
29   questionou sobre um item grifado na minuta de ATA referente à 4ª Reunião  
30   Ordinária do Plenário do Comitê Guandu/RJ do dia 02/12/21, onde constava que  
31   na reunião dia 26/08 a Secretaria Executiva informou que Ariane estaria  
32   oficialmente indicada por ofício como representante da AMBEV e informou não  
33   ter entendido como uma aprovação, mas sim que a AMBEV apenas enviaria o  
34   ofício. Por isso, solicitou cópia da gravação em outras reuniões de plenária e  
35   voltou a solicitar a gravação da reunião do dia 26/08. Informou que consta na  
36   página do Guandu que há suplente AMBEV, afirmando ser irregular, pois



37 nenhuma instituição tem suplente, e que, portanto, a AMBEV também não  
38 deveria ter. Ana Asti (SEAS) questionou à Secretaria Executiva se há algum  
39 esclarecimento a ser prestado. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que na época  
40 isso foi corrigido, pois havia um erro de digitação no site. Uiara Martins  
41 (FONASC) informou que o erro permanecia, disse se lembrar da Fátima Rocha  
42 (AGEVAP) dizer que estava aguardando o ofício. Fátima Rocha negou e insistiu  
43 que o erro do site foi corrigido no mesmo dia da Plenária da época. Ana Asti  
44 (SEAS) encerrou a discussão informando à Uiara Martins (FONASC) que ela  
45 receberia a gravação. Fátima Rocha (AGEVAP) reforçou a necessidade de um  
46 e-mail solicitando novamente a gravação, ao que Uiara respondeu que mesmo  
47 o pedido constando em ata, enviará o e-mail. Uiara Martins (FONASC)  
48 mencionou também a existência de documentos que estavam assinados por  
49 Paulo de Tarso (antigo Diretor do Comitê Guandu) e que foi surpreendida ao  
50 saber da sua saída da direção. Ela questionou, então, quando foi que ele deixou  
51 o cargo, porque até a presente ATA havia sido assinada por ele. Ana Asti (SEAS)  
52 questionou a Secretaria Executiva se Paulo de Tarso estava como Diretor do  
53 Comitê quando assinou as Atas. Antônio Mendes (AGEVAP) respondeu que em  
54 dezembro ele ainda era diretor geral e disse que iria buscar a data exata de sua  
55 saída, mas adiantou que embora ele tenha saído em 2022, exerceu a função em  
56 boa parte do mês de janeiro, e que desde então, Ana Asti (SEAS) e Marcelo  
57 Danilo Bogalhão (ANAGEA) passaram a assinar os documentos. Ana Asti  
58 (SEAS) retomou o questionamento da Uiara Martins sobre a representação da  
59 AMBEV, localizada na linha 093 da ATA. Releu o item e questionou novamente  
60 a Secretaria Executiva se a informação estava correta. Fátima Rocha (AGEVAP)  
61 confirmou, pois no mesmo dia da reunião (26/08) o ofício que legitimava a  
62 representação havia sido encontrado. Ana Asti (SEAS) reforçou que a Uiara fará  
63 o pedido e a gravação será enviada à Uiara Martins e solicitou que iniciassem a  
64 votação de aprovação ou não das duas Atas. Antônio Mendes (SEAS) iniciou a  
65 chamada nominal: Tatiana Bastos (IDC), Hélio Vanderlei (INEA), Celso Júnior  
66 (FCC), Esdras (FAMEJA), Hendrik Mansur (TNC), Mário Amaro (Piraí), Mayná  
67 Coutinho (CEDAE), Sabina (FURNAS), Ana Asti (SEAS), Marcelo Danilo  
68 (ANAGEA) e Rodrigo Hosken (ABES) aprovaram as duas Atas. Luiz Fernando  
69 (EMBRAPA) se absteve, pois, a instituição não esteve presente em nenhuma  
70 das reuniões em questão e Uiara Martins (FONASC) se absteve por estar  
71 aguardando a gravação da reunião do dia 26/08. Licínio M. Rogério (FAM-RIO)  
72 e Caroline Lopes (Águas do Rio) não votaram por serem suplentes. A votação  
73 foi encerrada com ambas Atas aprovadas por 12 votos. Gilvoneick Souza



74 (Defensoria Ambiental) complementou o questionamento da Uiara Martins a  
75 respeito da saída do Paulo de Tarso da diretoria, pois sendo ele representante  
76 da FIRJAN, suas últimas faltas sem justificativa deveriam implicar na exclusão  
77 da instituição das reuniões, de acordo com o regimento. Questionou também o  
78 voto de Mayna Coutinho pela CEDAE - Saneamento, uma vez que, hoje, só  
79 existe a CEDAE Abastecimento. Ana Asti (SEAS) informou que tais  
80 esclarecimentos seriam prestados no final da reunião e introduziu o próximo item  
81 de pauta: **3 - Referendo da Resolução Guandu nº 167/2022 que “Dispõe, Ad**  
82 **Referendum, sobre a prorrogação da Resolução Guandu nº 156/2021**  
83 **referente ao funcionamento do Grupo de Trabalho do Regimento Interno**  
84 **(GTRI)”** Fátima Rocha (AGEVAP) realizou uma breve apresentação do Grupo  
85 de Trabalho do Regimento Interno e citou a resolução que prorrogou seu tempo  
86 de atividades. Informou que houve a necessidade de uma nova prorrogação  
87 deste prazo (12 meses), que acabaria em março de 2022. Foi solicitada à  
88 Diretoria Colegiada a aprovação Ad Referendum para mais um período de  
89 atividades para o GTRI, para que concluísse as análises de artigos e parágrafos  
90 do regimento para que este seja aprovado ainda este ano pelas instâncias do  
91 Comitê. Tatiana Bastos (IDC) perguntou o que falta para que a revisão do  
92 regimento interno seja concluída e Uiara Martins (FONASC) respondeu que há  
93 demora mas que também há baixa participação e convidou os demais para  
94 participarem das reuniões, informou que o ponto do regimento em andamento é  
95 o processo eleitoral e pediu para que Fátima Rocha informe o tema da próxima  
96 reunião do GTRI, que será também o tema do próximo capítulo do documento e  
97 outros pontos para a finalização do regimento. Ana Asti (SEAS) pediu que Fátima  
98 Rocha trouxesse a informação assim que possível para que toda a plenária  
99 tivesse ciência do andamento da elaboração do documento e solicitou que fosse  
100 iniciada a votação para aprovação ou não da resolução que posterga o prazo do  
101 Grupo de Trabalho. Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a chamada: Mayná  
102 Coutinho (CEDAE), Celso Junior (FCC), Sabina Campagnani (FURNAS),  
103 Tatiana Bastos (IDC), Esdras (FAMEJA), Uiara Martins (FONASC), Hendrik  
104 Mansur (TNC), Marcelo Danilo (ANAGEA), Rodrigo Hosken (ABES), Mário  
105 Amaro (Piraí), Ana Asti (SEAS), Hélio Vanderlei (INEA) e Orlando Pereira (AVV)  
106 votaram a favor da prorrogação do prazo para a conclusão do GTRI, a pauta foi  
107 aprovada com 12 votos. **4 - Aprovação da minuta de Resolução Guandu que**  
108 **“Dispõe Sobre a Criação do Grupo de Trabalho Técnico de Segurança**  
109 **Hídrica - GTTSH”:** Fátima Rocha (AGEVAP) informou que a minuta passou pela  
110 CTIL-G onde recebeu algumas contribuições. Ana Asti (SEAS) contextualizou a



111 todos sobre o tema da Segurança Hídrica e da importância de um Grupo de  
112 Trabalho técnico. Tatiana Bastos (IDC) se mostrou favorável à criação do grupo,  
113 mas contra as regras estabelecidas e solicitou que a normativa fosse lida  
114 novamente. Fátima Rocha (AGEVAP) realizou a leitura da resolução. Ana Asti  
115 (SEAS) pediu contribuições para que as alterações fossem feitas. Tatiana Bastos  
116 (IDC) considerou necessário manter a paridade, mantendo os atores escolhidos  
117 por serem essenciais na discussão da segurança hídrica. Discordou da  
118 participação do Ministério Público como integrante, por possíveis conflitos de  
119 interesse, mas sim como observador. Ela sugeriu também unir os itens “i. 3 (três)  
120 representantes da sociedade civil, sendo estes Sociedade Civil Organizada,  
121 Sindicato e Moradores;” e “j. 1 (um) representante de instituição Ensino e  
122 Pesquisa.” Licínio M. Rogério (FAM-RIO) questionou como as escolhas serão  
123 feitas. Mayná Coutinho (CEDAE) afirmou que as atribuições do Grupo estavam  
124 dentro das competências do Comitê, e pediu a Tatiana Bastos sinalizar caso  
125 tivesse mais dúvidas, que quanto à composição, a previsão era um  
126 representante da sociedade civil e pelo menos uma instituição de ensino e  
127 pesquisa, que o que poderia ser feito era unir os dois, 4 representantes da  
128 sociedade civil sendo pelo menos um, uma instituição de ensino e pesquisa,  
129 conforme proposto por Tatiana Bastos. Gilvoneick Souza (Convidado)  
130 questionou as regras sobre as inscrições de fala, e alegou não haver nada no  
131 regimento sobre não membro não ter preferência na ordem das falas. Ele  
132 mostrou preocupação com a participação das instituições que têm interesses  
133 diretos dentro do processo, uma vez que podem se beneficiar por estarem  
134 ligadas a um Comitê que aprova recursos, e levantou a necessidade de uma  
135 auditoria. Concordou que o Ministério Público não deve fazer parte e questionou  
136 novamente a presença da CEDAE - Saneamento na reunião. Sugeriu que tirem  
137 as instituições com interesse direto no processo. Ana Asti (SEAS) respondeu  
138 que a existência do grupo técnico é justamente um espaço para dialogar com  
139 essas instituições. Gilvoneick Souza (Defensoria Ambiental) afirmou não ser  
140 contra a criação do grupo. Ana Asti (SEAS) esclareceu que o Grupo de trabalho  
141 não está conectado a uma Câmara Técnica e que não terá poder de voto, que  
142 levará os assuntos para a Plenária. Uiara Martins disse não concordar com um  
143 grupo de trabalho não estar associado a uma Câmara Técnica, criticou por não  
144 ser paritário, e disse sentir falta da questão de convidados como FIOCRUZ,  
145 Defesa Civil e outros, e que a manifestação de interesse deveria ser aberta para  
146 que outros segmentos interessados participassem. Ana Asti (SEAS) disse ser  
147 comum indicarem organizações que tenham importância naquele segmento



148 específico. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) afirmou que da forma como  
149 estava apresentado na resolução abrangia os objetivos do projeto por já  
150 contarem com atores estratégicos para o foco que pretendiam, ela reforçou estar  
151 aberto para a inscrição da sociedade civil e que os atores pontuados ali como  
152 Light, CEDAE, INEA, SEAS, são fundamentais para serem ouvidos dentro da  
153 segurança hídrica no âmbito do Grupo. Explicou também que pontuar esses  
154 atores estratégicos não é nada fora do comum, que isso ocorreu no Observatório  
155 da Bacia e que a decisão final é da Plenária, disse não haver obrigatoriedade de  
156 o grupo ser vinculado a alguma câmara técnica. Marcelo Danilo (ANAGEA)  
157 contextualizou Tatiana Bastos e Uiara Martins sobre a criação do grupo, como  
158 coordenador da CTSB. Explicou que já havia um grupo técnico no âmbito do  
159 Estado que acompanhava a bacia do Guandu composto por INEA, SEAS, MP,  
160 representações do Comitê Guandu, instituições universitárias, e outros  
161 membros. Entendendo que o grupo seria extinto absorveu-se essa demanda  
162 sabendo importância dessa gestão, o grupo criado vai encaminhar as demandas  
163 e discussões para a Plenária. Rodrigo Hosken (ABES) pontuou que a ideia é ser  
164 um grupo técnico e que na hora de pensar sua composição consideraram que  
165 um grupo quando muito amplo, apresenta dificuldade de chegar a consensos  
166 importantes e defendeu a participação do Ministério Público, uma vez que este  
167 não iria tomar decisões, mas poderia indicar caminhos importantes entendendo  
168 o que poderia ser melhor para todos. Hendrik Mansur (TNC) questionou a  
169 justificativa para a composição do grupo e disse achar justo as propostas  
170 chegarem com as instituições mencionadas e também com as justificativas para  
171 sua participação e considera que o Comitê é soberano para decidir o que  
172 encaminhar ou não para a Câmara Técnica, e que podem criar grupos de  
173 trabalho sem vínculo com a câmara técnica e questionou a quem o Grupo irá  
174 responder, se à Câmara Técnica ou à Assembleia. Defendeu a paridade e  
175 apontou a importância desse grupo no papel de mediar conflitos. Uiara Martins  
176 (FONASC) sugeriu à Ana Asti (SEAS) que, enquanto Diretora Executiva, fizesse  
177 um levantamento de em quantas Plenárias um Grupo de Trabalho apresentou  
178 resultados e trabalho, para entender porque defende que estejam associados às  
179 Câmaras Técnicas. Disse não estar questionando nomes, mas o processo de  
180 escolha. Lembrou que muitos escolhidos estavam no Comitê quando houve o  
181 problema da Geosmina, tinham assento na Diretoria. Tatiana Bastos (IDC) disse  
182 que não há paridade e sugeriu que se exclua o MP deve-se então inserir um  
183 artigo de convite para toda reunião deste GT, concordou que o grupo deve estar  
184 atrelado à Câmara Técnica de Saneamento Básico, e disse ser contrária a certas



185 indicações e acredita ser necessário mudar a redação. Esdras Silva (FAMEJA)  
186 disse acreditar que a composição seja muito direcionada, citou a falta de certas  
187 prefeituras e defendeu a necessidade de ser paritário, portanto, neste formato,  
188 acredita que deva ser ligado à Câmara Técnica. Gilvoneick Souza (Defensoria  
189 Socio Ambiental) questionou a capacidade de fiscalização das instituições.  
190 Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) disse reconhecer que seria importante atrelar o  
191 GT à Câmara Técnica de Saneamento. Ana Asti (SEAS/RJ) conduziu então a  
192 reunião para uma proposta de encaminhamento, acreditando não haver ainda  
193 maturidade para uma votação na resolução, devido aos diversos pontos a serem  
194 ajustados. Mayná Coutinho (CEDAE) sugeriu que fizessem uma conjunta CTSB  
195 e CTIL-G e que as propostas sejam enviadas antes para que sejam debatidas.  
196 Disse concordar com a conjunta para decidir o melhor encaminhamento para o  
197 pertencimento do grupo. Tatiana Bastos (IDC) solicitou a priorização do GT no  
198 retorno da Conjunta. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) reforçou a importância de  
199 seguir uma sequência, mas assegurou que a pauta será priorizada na próxima  
200 Plenária. **Encaminhamento: Retornar a minuta de Res que cria o GTTISH**  
201 **para novo estudo da CTIL-G para ajustes, em reunião conjunta com a**  
202 **CTSB. 5 - Apresentação do Relatório Anual de Implementação do PERH**  
203 **Guandu - 2021 - GAP.** Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) assumiu a condução da  
204 reunião e Fátima Rocha (AGEVAP) deu continuidade à apresentação do item de  
205 pauta. Uiara Martins (FONASC) sinalizou sua saída da reunião e levantou a  
206 problemática das reuniões estarem durando mais tempo que o previsto. Marcelo  
207 Danilo (ANAGEA-RJ) questionou aos membros se concordavam em estender a  
208 reunião por mais uma hora e esclareceu que a presente reunião era continuidade  
209 da última realizada. Antônio Mendes (AGEVAP) iniciou a apresentação do  
210 Relatório Anual de Implementação do PERH Guandu - 2021, apresentando uma  
211 média geral de 80% de implementação. Não houve comentários dos membros  
212 durante a apresentação. Gilvoneick Souza (Defensoria Socioambiental) disse  
213 que acrescentaria a quantidade de recursos, e lembrou da necessidade de uma  
214 auditoria externa no Comitê Guandu por conta dos recursos que saem, e quais  
215 são os resultados alcançados rumo a melhoria da qualidade hídrica da bacia.  
216 Hendrik Mansur (TNC), como Coordenador do Grupo de trabalho de  
217 Infraestrutura Verde sinalizou o gargalo na falta de estrutura da AGEVAP quanto  
218 ao pessoal disponível para sua área. Uiara Martins (FONASC) reforçou a  
219 necessidade da AGEVAP disponibilizar uma equipe que possa atender o Comitê  
220 e disse que deve ser criada uma auditoria externa através de resolução  
221 encaminhada a CTIL. Hélio Vanderlei (INEA) apontou que existe a contratação



222 de uma empresa para fazer a auditoria externa na AGEVAP, que deveria estar  
223 disponível para que todo cidadão tenha acesso ao relatório. Marcelo Danilo  
224 (ANAGEA-RJ) perguntou à Secretaria Executiva se esse documento está  
225 disponível. Antônio Mendes (AGEVAP) respondeu ao Hendrik Mansur que a  
226 AGEVAP perdeu muitos profissionais após as concessões e falou da dificuldade  
227 da AGEVAP e que seu regime de contratação dificulta a chegada de novos  
228 profissionais, lembrou que no processo em andamento está previsto mais um  
229 profissional para atender a Agenda de Infraestrutura Verde e que os profissionais  
230 que faltam não são da área mencionada. Afirmou que a AGEVAP possui  
231 auditoria interna e externa e que as prestações de contas são enviadas para  
232 todos os órgãos de fiscalização e que fará com que todos esses dados cheguem  
233 até eles. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) perguntou novamente a respeito das  
234 auditorias, onde estão disponíveis essas informações, Antonio Mendes  
235 (AGEVAP) respondeu que até o final da reunião serão informados. Marcelo  
236 Danilo (ANAGEA-RJ) sugeriu que haja um campo exclusivo com tais  
237 informações. Hendrik Mansur (TNC) disse concordar em partes com a fala do  
238 Antônio Mendes a respeito das contratações. Luiz Fernando (Embrapa) explicou  
239 a atuação do GAP e a forma como são acompanhadas as ações do MOP.  
240 Lembrou que com a redução de colaboradores da AGEVAP, os que ficaram se  
241 dobram para dar conta das demandas. Antonio Mendes (AGEVAP) informou que  
242 a auditoria externa da AGEVAP é trimestral, abrange seus 17 comitês e informou  
243 que irão verificar como disponibilizar esses pareceres no site. Fátima Rocha  
244 (AGEVAP) lembrou que os relatórios de implementação ficam no site e que este  
245 apresentado hoje também será inserido. **6 - Aprovação de ajustes no ACT de  
246 parcerias com a ABES, aprovado pela Plenária.** Fátima Rocha (AGEVAP)  
247 informou que o documento já havia sido aprovado, mas foi verificado que havia  
248 uma cláusula que precisava de cautela. A cláusula em questão é referente ao  
249 local de realização e sua abrangência, pois o evento de 55 anos da ABES e 20  
250 anos do Guandu será realizado na sede da FIRJAN, no centro do Rio, não sendo  
251 um local de abrangência da Região Hidrográfica II. Solicitou então que o ajuste  
252 fosse realizado pela Plenária. Antônio Mendes (AGEVAP) complementou que o  
253 local foi cedido e aceito devido às facilidades financeiras e logísticas. Marcelo  
254 Danilo (ANAGEA-RJ) fez uma breve contextualização sobre o local do evento e  
255 reforçou que embora a Região Hidrográfica II seja ampla, seus municípios não  
256 possuem a mesma facilidade de acesso que o centro do Rio. Uiara Martins  
257 (FONASC) lembrou que o nome do Paulo de Tarso deve ser retirado e  
258 questionou não haver uma apresentação formal aos membros sobre o evento



259 em questão. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) informou que a apresentação não  
260 aconteceu devido a pendência quanto à ratificação do local. Mauro Pereira  
261 (Defensores do Planeta) disse que o Comitê deve preconizar a realização de  
262 eventos dentro de territórios da bacia e disse que caso não tenham  
263 conhecimento dos locais, com certeza os membros poderão indicá-los. Antonio  
264 Mendes (AGEVAP) explicou à Uiara que o escopo do evento está no acordo de  
265 cooperação técnica aprovado em dezembro, que é o Sistema de Coleta em  
266 Tempo Seco e explicou que a ABES já realizaria o evento e o Comitê entrou  
267 como convidado, e que o acordo de cooperação técnica define as incumbências  
268 do comitê, não cabendo a ele a escolha do local. Informou também que a  
269 divulgação acontecerá após a definição da programação. Marcelo Danilo  
270 (ANAGEA-RJ) fez outras considerações, como a comemoração dos 20 anos do  
271 Comitê. Uiara Martins (FONASC) perguntou sobre a possibilidade de o comitê  
272 receber um número de convites para encaminhar às pessoas atuantes. Fátima  
273 Rocha (AGEVAP) questionou se irão retirar o trecho que delimita o local da  
274 realização do evento. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) respondeu não saber se  
275 colocava a pauta do local para aprovação e para que os eventos sejam  
276 realizados realmente dentro da Região Hidrográfica II. Hélio Vanderlei (INEA)  
277 questionou o que precisava ser aprovado, não tendo o Comitê colocado recurso  
278 financeiro e não tendo ocupação na mesa. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ)  
279 confessou também estar confuso quanto à participação do Comitê e pediu ajuda  
280 a Antônio Mendes, que explicou que, sendo parceiro no evento, o Comitê irá  
281 fornecer alguns serviços e participará de debates junto de outros atores. Uiara  
282 Martins (FONASC) e Mauro Pereira (Defensores do Planeta) questionaram o  
283 comitê movimentar recursos fora da região da Bacia Hidrográfica. Antônio  
284 Mendes (AGEVAP) esclareceu que isso já havia sido aprovado e que o Município  
285 do Rio pode receber sim recurso da Bacia, e que só não poderia desenvolver  
286 projetos fora deste território. Hendrik Mansur (TNC) lembrou que se absteve  
287 quando tal acordo foi aprovado e lembrou que em outros eventos investiram  
288 recursos fora da bacia. Uiara Martins (FONASC) criticou a alteração do item  
289 próximo da data do evento. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) se mostrou  
290 insatisfeito com o fato do aniversário do Comitê ser comemorado fora da região  
291 da Bacia e sem o envolvimento dos membros na organização. Marcelo Danilo  
292 (ANAGEA-RJ) perguntou se ainda havia quórum para a votação, Fátima Rocha  
293 (AGEVAP) informou que não e que ainda restavam quatro itens de pauta. Fátima  
294 Rocha (AGEVAP) explicou que poderiam solicitar aprovação Ad Referendum à  
295 Diretoria. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) convocou o restante dos membros a se



296 posicionarem sobre o Ad Referendum. Uiara Martins (FONASC) esclareceu não  
297 ter sido um problema causado pelo Comitê, e sim pela ABES. Gilvoneick Souza  
298 (Defensoria Socio Ambiental) questionou as prioridades das discussões e  
299 questionou a rotatividade dos membros nas reuniões. Marcelo Danilo (ANAGEA-  
300 RJ) questionou aos membros se poderia encaminhar a questão do item 4 do  
301 evento para Ad Referendum, Uiara Martins (FONASC) concordou e esclareceu  
302 novamente que quem criou o problema foi a ABES. **Encaminhamento: Ajuste**  
303 **de local no ACT do Evento Abes: aprovação Ad Referendum, e referendar**  
304 **na próxima plenária em concordância com os membros ainda presentes**  
305 **nessa RE; 7 - Informe sobre a participação e representação do Comitê**  
306 **Guandu no Fórum Mundial da Água em 2022, no Senegal.** Antônio Mendes  
307 (AGEVAP) informou a impossibilidade da participação dos membros no evento  
308 devido ao formato presencial. Uiara Martins (FONASC) sugeriu que discutam o  
309 retorno das atividades presenciais. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) esclareceu  
310 aos membros que irão pensar formas de ampliar a participação dos membros  
311 nos eventos, e que optou por aguardar a presença de Nelson Reis (OMA-Brasil)  
312 na próxima reunião para os informes referentes à participação do Comitê na  
313 Expedição Nascentes Paraíba, que seria o item de pauta nº 8. Gilvoneick Souza  
314 (Defensoria Socio Ambiental) sugeriu a prestação de contas na transição de um  
315 mandato a outro e questionou novamente a presença da CEDAE - Saneamento  
316 na reunião. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) informou terem alcançado o máximo  
317 de itens da pauta na reunião, e reiterou que a ratificação referente ao evento  
318 ABES será encaminhada para AD Referendum e passou também os informes  
319 da Expedição para a próxima reunião. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que  
320 entraria na pauta para a próxima Reunião Ordinária em maio. Uiara Martins  
321 (FONASC) sugeriu atividades para o próximo mandato e reforça o tema da  
322 auditoria. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) explicou que há CEDAE-  
323 Saneamento em alguns municípios da bacia e por isso o acento ainda existe,  
324 esclarecendo os questionamentos do Gilvoneick Souza sobre a cadeira da  
325 CEDAE, que contestou a informação. Uiara Martins (FONASC) sugeriu repensar  
326 a construção da pauta, em seguida Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) agradeceu as  
327 contribuições e encerrou a reunião às 17h47min. **Encaminhamentos: 1 –**  
328 **Retornar a minuta de Res que cria o GTTISH para novo estudo da CTIL-G**  
329 **para ajustes, em reunião conjunta com a CTSB; 2 – Ajuste de local no ACT**  
330 **do Evento Abes: aprovação Ad Referendum, e referendar na próxima**  
331 **Plenária em concordância com os membros ainda presentes nessa RE; 3 -**  
332 **Adiar os Itens 8 e 9 para a RO Plenária de 27/05/2022: apresentação do**



333 **Parecer e os apoios oferecidos ao Expedição Nascentes do Paraíba.** Eu,  
334 Débora Uhlmann Ferreira (BUMERANGUE), tomo a termo esta ata que segue  
335 assinada por:

336

---

**Ana Asti**  
**Diretora Executiva**

---

**Marcelo Danilo Bogalhão**  
**Diretor**

337

338

339 **Membros presentes:**

340

341 Lucas Tadeu Bergamim Arrosti (Iguá Rio de Janeiro); Caroline Lopes Santos  
342 (AEGEA); Celso Rodrigues da Silva Junior (FCC); Josiane da Silva Luz  
343 (ASDINQ); Sabina Campagnani (FURNAS); Mayná Moraes Coutinho Moraes  
344 (CEDAE-Saneamento) ; Marcelo Danilo da Silva Bogalhão (ANAGEA); Hendrik  
345 Lucchesi Mansur (TNC); Rodrigo Santos Hosken (ABES); Uiara Martins  
346 (FONASC); Mario Luiz Dias Amaro ( P.M. Piraí); Tatiana Bastos (IDC); Esdras  
347 da Silva (FAMEJA); Licínio Machado Rogério (FAM-Rio); Orlando de Souza  
348 Pereira (ACVV); Mauro André dos Santos Pereira (Defensores do Planeta);  
349 Andreia Loureiro (Queimados); Evandro da Silva Batista (Rio Claro); Ana  
350 Larronda Asti (SEAS); Luiz Fernando Duarte Moraes (Embrapa); Marco Antonio  
351 Barbosa (CREA).

352

353 **Convidados:**

354 Amanda Resende-AGEVAP; Antonio Souza (AGEVAP); Jéssica Queiroga  
355 (AGEVAP); Fatima Rocha (AGEVAP); Maria Adelaide (AGEVAP); Rayssa





- 356 Assessoria Jurídica (AGEVAP); Vanessa Matos Gomes (AGEVAP); Brenda  
357 Samara (FONASC); Gilvoneick de Souza (Defensoria Sócio Ambiental).